



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,
A Administração da RIO PCH I S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Notas	31/12/12	31/12/11		Notas	31/12/12	31/12/11
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.954	3.434	Fornecedores	9	2.441	2.084
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	4.274	4.661	Empréstimos e financiamentos	10	9.875	9.975
Títulos e valores mobiliários	5	-	171	Taxas regulamentares	7	7	6
Impostos e contribuições a recuperar	6	665	858	Impostos e contribuições a recolher	11	492	501
Despesas pagas antecipadamente		241	257	Dividendos e juros sobre capital próprio	12	13.643	3.084
Outros ativos circulantes		609	80	Outros passivos circulantes		1	-
TOTAL DO CIRCULANTE	15.743	9.461	9.461	TOTAL DO CIRCULANTE	26.459	15.650	15.650
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	6	-	14	Empréstimos e financiamentos	10	92.363	102.111
Partes relacionadas	18	-	4	Provisões	13	12.750	-
Depósitos judiciais	7	4.132	1.445	Partes relacionadas	18	1.298	1.298
Outros ativos não circulantes		1	522	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	106.411	103.409	103.409
Imobilizado	8	228.229	221.054	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	105.951	105.951
Intangível		696	699	Capital social		1.181	564
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	233.058	223.738	223.738	Reservas de lucros		8.799	7.625
TOTAL DO ATIVO	248.801	233.199	233.199	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		115.931	114.140
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	248.801	233.199	233.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	105.951	-	29	-	406	106.386
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.702	-	10.702
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(406)	(406)
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	535	(535)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(2.542)	-	(2.542)
Dividendos propostos	-	-	-	(7.625)	7.625	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	105.951	-	564	12.349	7.625	114.140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.349	-	12.349
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(7.625)	(7.625)
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	617	(617)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(11.732)	8.799	(2.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	105.951	-	1.181	8.799	8.799	115.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Rio PCH I S.A. ("Rio PCH I") é uma sociedade de propósito específico (SPE) e foi constituída em 26 de janeiro de 2007 como uma companhia de capital fechado, controlada pela Neoenergia, com 70% de participação. Os 30% restantes pertencem à PCH Administração & Participações Ltda.

A sociedade de propósito específico (SPE) implantou as pequenas centrais elétricas de Pirapetinga, (20 MW), e Pedra do Garrafão, (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Essas hidrelétricas comercializam sua energia junto ao pool de 64 distribuidoras brasileiras por meio dos contratos de comercialização celebrados no ambiente de contratação regulado.

A PCH Pirapetinga iniciou as operações por intermédio do acionamento de suas duas turbinas de 10 MW cada, totalizando 20 MW, no mês de agosto de 2009. Em setembro de 2009 entraram em operação as duas turbinas de 9,5 MW, totalizando 19 MW, da PCH Pedra do Garrafão. Atualmente a Companhia opera com o total de sua capacidade instalada, que é de 39 MW. A energia assegurada é de 25,1 MW/ano. O prazo de concessão das duas usinas é de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2032.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência e mensuração do uso de bem público.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.5 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como outros passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.1) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.8 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.9 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.10 - Intangível

Compreende o direito de uso do bem público, faixas de servidões permanentes e *software* de manutenção de sistema.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.11 - Taxas regulamentares

a) **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

b) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

c) Uso de Bem Público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente, a taxa implícita do projeto.

d) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.12 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e IPCB 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.13 - Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que adveem do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.14 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.15 - Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente - IMA, este na esfera estadual. Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avançados entre as partes.

2.16 - Novos pronunciamentos contábeis

2.16.1 - **Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012**
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA			
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
LUCRO BRUTO		23.388	22.719
Despesas gerais e administrativas		(1.005)	(1.428)
LUCRO OPERACIONAL		22.383	21.291
Receitas financeiras	17	950	873
Despesas financeiras	17	(9.553)	(10.080)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.780	12.084
Imposto de renda e contribuição social		(1.431)	(1.382)
Corrente		(1.431)	(1.382)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.349	10.702
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO RS			
Ordinárias		0,12	0,10

A Companhia não possui outros dados abrangentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	13.780	12.084
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	5.331	5.245
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	8.532	9.802
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	-	(685)
	27.643	26.446

(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS



→ Continuação

7 Depósitos Judiciais

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Cíveis	(a)	2.775	88
Outros		1.357	1.357
Total		4.132	1.445

(a) Trata-se de depósitos judiciais de processos cíveis, em sua maioria, referentes à constituição de servidão e desapropriações realizados principalmente para as comarcas do Município de Mimoso do Sul - ES.

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Em serviço	31/12/12		31/12/11		Valor líquido
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos		4.848	-	4.848	4.731
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33	152.319	(10.455)	141.864	145.072
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	15.377	(1.377)	14.000	14.396
Máquinas e equipamentos	4,06	59.544	(5.412)	54.132	55.667
Móveis e utensílios	6,3	12	(4)	8	9
Total		232.100	(17.248)	214.852	219.875
Em curso					
Terrenos		10.250	-	10.250	-
Reservatórios, barragens e adutoras		1.402	-	1.402	331
Edificações, obras civis e benfeitorias		126	-	126	116
Máquinas e equipamentos		377	-	377	199
Veículos		158	-	158	-
Móveis e utensílios		634	-	634	-
Outros		430	-	430	533
Total		13.377	-	13.377	1.179
Total		245.477	(17.248)	228.229	221.054

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Adições	-	-	12.503	12.503	12.503
Depreciação	-	(5.328)	(5.328)	-	(5.328)
Transferências	305	-	305	(305)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	232.100	(17.248)	214.852	13.377	228.229

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
 - Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.
- O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

9 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica:	332	-
Terceiros	332	-
Encargos de uso da rede	81	60
Terceiros	81	60
Materiais e serviços	2.028	2.024
Terceiros	1.838	1.877
Partes relacionadas	190	147
Total	2.441	2.084
Circulante	2.441	2.084

10 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Princ. não circulante	31/12/12	31/12/11		
BNDES FINEM	TJLP+ 2,28% a.a.	312	9.563	97.228	107.103	116.766	116.766
		312	9.563	97.228	107.103	116.766	116.766
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	(4.865)	(4.865)	(4.680)	(4.680)
Total		312	9.563	92.363	102.238	112.086	112.086

O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção das pequenas centrais hidrelétricas Pirapetinga e Pedra do Garrafão e será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de março de 2010 até 15 de fevereiro de 2024. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 2,28% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12		31/12/11	
	Dívida	Total líquido	Dívida	Total líquido
2013	-	-	9.563	9.563
2014	9.563	9.563	9.563	9.563
2015	9.563	9.563	9.563	9.563
2016	9.563	9.563	9.563	9.563
2017	9.563	9.563	9.563	9.563
Após 2017	58.976	58.976	58.976	58.976
Total obrigações	97.228	97.228	106.791	106.791
(-) Garantias depósitos vinculados	-	-	(4.865)	(4.680)
Total	97.228	97.228	101.926	102.111

Mutações de empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Encargos	8.796	-	8.796
Transferências	9.563	(9.563)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(18.459)	-	(18.459)
(-) Garantias depósitos vinculados	-	(185)	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.875	92.363	102.238

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: BNDES FINEM - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 e Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 30%). Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/finança da Neoenergia.

11 Impostos e Contribuições a Recolher

Circulante	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda - IR	183	174
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	123	120
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	2
Programa de integração social - PIS	20	23
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	91	108
Imposto sobre serviços - ISS	30	10
Outros	45	64
Total	492	501

12 Dividendos

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido	31/12/12	31/12/11
Ações ordinárias	105.951	105.951
Total	105.951	105.951

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício	12.349	10.702
Constituição da reserva legal	(617)	(535)
Base de cálculo do dividendo	11.732	10.167
Dividendos mínimos obrigatórios	2.933	2.542

Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:	31/12/12	31/12/11
Dividendos propostos	(2.933)	(2.542)

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	31/12/12
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	7.626
Propostos	2.933
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.643

13 Provisões Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	Cíveis	Total
Constituição	12.750	12.750
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.750	12.750

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Contingências Cíveis	Ref.	Atualizado	Instância	Expectativa de perda	31/12/12	31/12/11
Desapropriação de terras	(a)	12.750	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.750	-
Indenização	(b)	28.501	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		41.251			12.750	-

Contingência Ambiental	Ref.	Atualizado	Instância	Expectativa de perda	31/12/12	31/12/11
Auto de Infração	(c)	1.000	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		1.000			-	-

(a) Ação de desapropriação por utilidade pública, destinada a formação do reservatório das PCHs Pedra do Garrafão e Pirapetinga.

(b) Indenização em razão de prejuízo da atividade pesqueira.

(c) Auto de infração IBAMA, referente à operação da PCH Pedra do Garrafão.

14 Patrimônio Líquido

Capital Social
O Capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 105.951. A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (Em Mil)		%
	Ações Ordinárias	Total	
Neoenergia S.A.	74.166	74.166	70,0
PCH Adm. e Participações	31.785	31.785	30,0
Total	105.951	105.951	100,0

Acionistas	Nº de Ações (Em Mil)		%
	Ações Ordinárias	Total	
Neoenergia S.A.	74.166	74.166	70,0
PCH Adm. e Participações	31.785	31.785	30,0
Total	105.951	105.951	100,0

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

15 Receita Líquida

Fornecimento de energia	Ref.	31/12/12	31/12/11
Receita de operação e manutenção	(a)	35.088	34.916
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		35.088	34.916
Total receita bruta		36.727	35.957
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(1.343)	(1.314)
Total receita operacional líquida		35.384	34.643

Nº de consumidores faturados	Acumulado		MWh	R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11		31/12/12	31/12/11
Suprimento	31	31	193.248	245.957	35.088
Total	31	31	193.248	245.957	35.088

(b) Deduções da receita bruta

IMPOSTOS:	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
PIS	(240)	(235)
COFINS	(1.101)	(1.079)
ISS	(2)	-
Total	(1.343)	(1.314)

16 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/12		31/12/11	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(169)	-	(169)	(114)
Serviços de terceiros	(3.931)	(970)	(4.901)	(4.379)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSSE	-	(84)	(84)	(72)
Energia elétrica comprada para revenda	(896)	-	(896)	(2.171)
Encargos de uso de rede	(1.239)	-	(1.239)	(1.219)
Depreciação e amortização	(5.330)	(1)	(5.331)	(5.245)
Arrendamentos e alugueis	(78)	(12)	(90)	(4)
Tributos	(10)	(5)	(15)	(8)
Outros	(259)	(17)	(276)	(140)
Total custos/despesas	(11.996)	(1.005)	(13.001)	(13.352)

17 Resultado Financeiro

Receita Financeira	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	948	863
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	2	-
Outras receitas financeiras	-	10
Total	950	873
Despesa Financeira		
Encargos de dívida	(8.796)	(9.801)
Outras despesas financeiras	(757)	(279)
Total	(9.553)	(10.080)

18 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	31/12/12		31/12/11	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
COELBA	(a)	138	-	1.181	134
		138	-	1.181	134
CELPE	(a)	249	-	1.966	237
		249	-	1.966	237
COSERN	(a)	112	-	867	108
		112	-	867	108
ITAPEBI		65	-	-	-
		65	-	-	-
NC ENERGIA	(a)	274	-	3.241	811
		274	-	3.241	811
NEOENERGIA SERVIÇOS		190	(2.275)	147	(2.136)
		190	(2.275)	147	(2.136)
BAHIA PCH I	(b)	-	-	4	-